

O SERTÃO COMO ESPAÇO DAS CRENDICES, ABUSÕES E FEITIÇOS NO CONTO “PAI NORATO”, DE BERNARDO ÉLIS

Fabianna Simão Bellizzi Carneiro, autora (UERJ)¹
Flavio Garcia Queiroz de Melo, orientador (UERJ)

Resumo:

Considerado por Gilberto de Mendonça Teles (2007) “o Edgar Allan Poe do sertão”, Élis imprime às suas obras uma tessitura temática que se aproxima das narrativas góticas inglesas, com características que perfilarão em várias produções de escritores brasileiros considerados regionalistas. Portanto é este sertão onde perduram tradições e costumes antigos, argutamente trabalhado e evidenciado na escrita bernardiana, que nos interessa. No conto “Pai Norato”, por exemplo, Bernardo Élis entra com profundidade no tema abusões, mostrando que o sertão, ao contrário do purismo dicotômico sertão *versus* cidade, guarda mistérios que podem fornecer uma amostra do que seria a categoria sertanejo: “[...] personagem principal de uma narrativa mítica sobre a conquista da civilização pela nação brasileira” (SUÁREZ, 1988, p.30). Explorar o espaço do sertão e trazer à tona seus feitiços, encantos e mistérios, equivale a desvendar um *locus* que não se restringe ao viés maniqueísta daquilo que não seria o litoral, ou do estudo limitado que insere o sertão dentro dos limites de vegetação e clima. Objetiva-se, portanto, mostrar que o espaço sertanejo - ao contrário da ausência de civilização, muito tem a dizer a respeito da própria história de nosso país. Trata-se de um trabalho não conclusivo, cuja metodologia se pauta em pesquisa bibliográfica que será devidamente referenciada ao longo do texto. Este trabalho está vinculado à Tese: “Um ser tão assombrado: as manifestações do gótico no Regionalismo brasileiro do Romantismo ao Modernismo”, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Literatura brasileira – sertão – regionalismo – Bernardo Élis

¹ Doutoranda em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este artigo faz parte do projeto de Tese: “Um ser tão assombrado: manifestações do Gótico no regionalismo brasileiro do Romantismo ao Modernismo”, sob orientação do Prof^o Dr^o Flavio Garcia e coorientação do Prof^o Dr^o Alexander Meireles da Silva. E-mail para contato: fabianna_bellizzi@yahoo.com.br

Pressupostos teóricos e analíticos

Ao refletirmos sobre o sertão brasileiro somos compelidos, em um primeiro momento, a pensar no termo enquanto espaço geográfico e que abarca, preferencialmente, as regiões do nordeste, centro-oeste e os pampas sulistas, caracterizando-se ainda pelo falar típico e regionalizado, por costumes antigos e arraigados, pela religiosidade e crença em coisas divinas e constituído por pessoas rústicas, atrasadas ou ignorantes.

Uma segunda leitura nos dá conta de explicar o sertão através das lentes de intelectuais que, partindo do ponto de vista da cidade, explicam o sertão pelos hiatos opostos ao litoral, ou seja, o sertão como espaço da não-civilização. Esse sertão imaginado e toda uma criação de signos representativos do local (o caipira, a rusticidade, as comidas típicas), perduraram durante muitos anos no pensamento nacional brasileiro, alimentando ainda mais a ideia de sertão enquanto lugar do desconhecido:

Uma leitura extensa dos discursos sobre o sertão e sobre sertões particulares deixa-nos o registro desses lugares e comunidades como cenários onde se marca uma diferença. Para se dizer sobre o sertão ou sobre sertões, o narrador recorre à comparação e à diferenciação com lugares e modos de viver que se vê como não sertão. A localização e a descrição do que é e do que não é sertão consiste no ato de nomear diferenças e de tentar impô-las como princípios de divisão e classificação do espaço nacional. Trata-se aqui de apontar os efeitos performativos da atividade de inúmeros intelectuais que escrevem sobre paisagens sociais e físicas ditas sertanejas (VIDAL E SOUSA, 2010, p. 108).

A polêmica torna-se ainda mais efusiva quando analisamos a produção artística, especificamente a produção literária, conceituada como literatura sertanista ou regionalista. Para o leitor incauto, a literatura sertanista poderia lhe parecer uma simples e rasa decupagem dos signos representativos (por vezes estereotipados) da região e transpostos para o papel, sem matizarem outras dimensões, como a social, política ou cultural.

Albertina Vicentini no artigo intitulado “O sertão e a literatura” (1998, p.44) já sinaliza este problema. A autora reforça que alguns críticos brasileiros consideram genuína ou verdadeira produção sertanista apenas a que fora concebida e produzida por artistas locais:

A literatura sertanista, da maneira como ela quer existir, isto é, como letra representante de um mundo iletrado não existe, diz a crítica, a

não ser na literatura oral ou popular, ou na de cordel, ou afins, no caso do sertão nordestino. O mundo da literatura sertanista é o mundo do escritor cidadão fingindo de sertanejo, que escreve para um leitor também ele cidadão, a respeito de uma cultura diferente da sua.

Na tentativa de combater ou ao menos entender esse tipo de crítica, Vicentini (1998) parte de alguns pressupostos históricos que englobam o senso comum, a própria crítica e o pensamento social de forma geral. E um dos caminhos de entendimento circunda a etimologia da palavra, a noção de que a palavra sertão traz a antiga relação entre colonizador e colonizado, adquirida a partir de um tipo de linguagem “[...] em que o símbolo comandava a significação, produzindo-a de cima para baixo, verticalmente, sem levar em conta a linguagem do outro, do que estava sendo colonizado” (VICENTINI *apud* TELES, 1998, p. 44). Plasma-se, portanto à etimologia da palavra *sertão* a ideia de desalinho, de dissonância:

De-Sertum, supino de *desere*, significa “o que sai da flieira”, e passou à linguagem militar para indicar o que deserta, o que sai da ordem, o que desaparece. Daí o substantivo *desertanum* para indicar o lugar desconhecido onde ia o desertor, facilitando a oposição lugar certo e lugar incerto, desconhecido e, figuradamente, impenetrável. [...] o adjetivo *certum* através da expressão *domicilium certum* e da forma que tomou em português arcaico, *certão*, pode haver contagiado a significação (não a forma) de *desertanum* como “lugar incerto”, *sertão*, vocábulo que aponta sempre para um sítio oposto e distante de quem está falando (VICENTINI *apud* TELES, 1998, p.45, grifos da autora).

Consonante com as explicações de Vicentini, Nísia Trindade de Lima em *Um sertão chamado Brasil* (2013), observa que de acordo com a etimologia, a palavra sertão origina-se de *desertão*, segundo dicionários de língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX e teria uma dupla ideia: “[...] a espacial de interior e a social de deserto, região pouco povoada” (LIMA *apud* MADER, 2013, p.103). Em dicionários mais recentes, e aqui citamos o trabalho de Francisco da Silveira Bueno, sertão seria: “Lugar inculto, distante de povoações; floresta no interior de um continente ou longe da costa; zona do interior” (2000, p.711).

E a lexicologia de *sertão*, de acordo com os dicionários antigos, nos revela que o referencial, à época, era o ponto de vista da supremacia europeia, que avistava o litoral a partir de suas naus como sendo o outro lugar ou o lugar do outro, conforme nos mostra a carta de Pero Vaz de Caminha de 1500 (VICENTINI *apud* TELES, 1989, p.45): “[...] de pomta a pomta he toda a praya parma mujto chaã e mujto fremosa. Pelo sartaão nos pareceu do mar mujto grande”.

Conforme exposto, construiu-se no Brasil desde tempos coloniais a ideia de sertão como *locus* do distante em relação ao litoral, e também como espaço em total desalinho com a região colonial, “[...] que representaria o espaço preenchido pelo colonizador” (LIMA, 2013, p.104). Ainda mais significativa é a possibilidade de se naturalizar a palavra como algo que nos leva a noção de despovoamento, abandono ou “[...] o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo” (LIMA *apud* MADER, 2013, p.104).

Porém, ao adentrarmos o espaço do sertão, notamos que para além da visão arraigada – herança de nosso passado colonial - que nos leva a pensar no sertão como espaço oposto ao litoral, há outras possibilidades de leituras que não podem ser vistas como impasses aos problemas nacionais. Muito pelo contrário, uma vez que para se conhecer o Brasil por completo, há que se conhecer seu interior (VIDAL E SOUZA, 1997). Além dos rótulos e nomes, o sertão deve ser analisado como “[...] conjunto de lugares demarcados e descritos em sua significância social” (VIDAL E SOUZA, 1997, p.38), e que pode nos fazer refletir a respeito da constituição de nosso país.

Candice Vidal e Souza em *A pátria geográfica* (1997) inicia um estudo do sertão brasileiro contrapondo observações de diferentes autores. Divergências à parte, em comum seus autores selecionados admitem a heterogeneidade do espaço brasileiro. Aliás, Vidal e Souza (1997, p.36, grifos da autora) abre o primeiro capítulo de *A pátria geográfica* ressaltando que para pensarmos o Brasil em sua nacionalidade há que se passar pela história da ocupação espacial brasileira, ocupação essa acentuada por descontinuidades no espaço:

O Brasil não é um mesmo em toda sua extensão. O escritor que demarca com segurança os contornos externos do mapa brasileiro, [...], preocupa-se em definir suas formas internas, investigar o conteúdo da imensidão de quilômetros quadrados por dentro das linhas divisórias com o exterior. A questão-desafio dos textos “brasileira” é então definir o que há *dentro* do mapa.

Adiantamos, pois, que além das diferenças entre regiões – processo natural e até mesmo saudável na formação do todo nacional -, Vidal e Souza (1997) ressalta as desigualdades que compõem a história cartográfica brasileira. Em seus estudos, Vidal e Souza (1997) mapeia uma porção desconhecida do Brasil, levantando interessantes questionamentos: até que ponto essa porção também compartilha do espaço nacionalizado?: “Qual Brasil é surpreendido pela lente que desvenda o horizonte do território nacional?” (VIDAL E SOUZA, 1997, p.36).

Nesta análise de trabalhos de diferentes autores, Vidal e Souza sublinha que há outro Brasil cujos valores, costumes e vida social não se adequariam ao ideal de nação unificada. Esses autores, em sua maioria, concebem as diferenças e distinções como um entrave ao ideal de país uno e solidificado: “[...] as interpretações do Brasil são proeminentemente discursos prescritivos que se opõem como falas autorizadas para dizer o que *deve haver* dentro desse grande mapa” (VIDAL E SOUZA, 1997, p.37, grifos da autora).

E esse outro Brasil nos remete a um passado no qual o sertão agregava histórias e *causos* sobre credices, superstições, abusões e mistérios que ainda persistem no campo e que têm origens em épocas coloniais, quando os europeus, ao chegarem em solo latino-americano, depararam-se com um continente que os levaria a concebê-lo como o *locus* do fenomenal e do maravilhoso.

Nesse sentido é significativa a leitura que Alejo Carpentier defende em *A literatura do maravilhoso* (1987). De acordo com os relatos de Carpentier, o maravilhoso inicia-se pela fé, ou seja, quem não acredita em santos não pode se curar com milagres de santos, do contrário teríamos um amontoado de imagens meramente decorativas. Para o autor cubano, invocar o maravilhoso pela descrença não passa de artimanha literária (CARPENTIER, 1987). Não nos cabe questionar o exagero ou o tom passional de suas colocações, mas sem dúvida Carpentier fora audacioso ao cotejar, em suas pesquisas, a visão europeia sobre o continente latino-americano, apregoando que a Europa não consegue enxergar o maravilhoso em solo latino em sua justa dimensão. Uma dimensão que, no texto de Carpentier, inicia-se pela fé e alcança vetores sociais – algo que para a visão eurocêntrica limita-se ao apego em crenças arraigadas e atrasadas. Contudo, o autor as defende como formadoras da história do continente e mantenedoras de sua memória:

[...] pela virgindade da paisagem, pela formação, pela ontologia, pela presença fáustica do índio e do negro, pela revelação que constitui sua recente descoberta, pelas fecundas mestiçagens que propiciou, a América está longe de ter esgotado seu caudal de mitologias. Mas que é a história da América inteira senão uma crônica do real maravilhoso? (CARPENTIER, 1987, p.142).

Portanto, durante séculos, herdamos a pecha de continente insólito, estranho, surreal ou exótico aos olhos do europeu colonizador. Esta mentalidade iria se reproduzir (em escala menor e dentro de certas proporções) nas colônias. No Brasil, por exemplo, uma pequena elite imperialista sediada nas cidades litorâneas ou nos centros de comando, enxergava os centros produtores – principalmente o interior e sertões – como

locais atrasados compostos por pessoas bárbaras e ignorantes: “[...] é em contraste com a ideia de região colonial que o imaginário sobre sertão se constitui. A região colonial representaria o espaço preenchido pelo colonizador” (LIMA, 2013, p.104, grifos da autora).

Desta maneira, assim como na América Ibérica, o colonizador português, ao dominar o solo brasileiro, o faz a partir de uma ideia de superioridade, na qual os nativos em muito ganhariam com a submissão de sua cultura à cultura portuguesa. Isso incluía a exclusão de rituais e práticas de culto às divindades, por exemplo, que aqui eram exercidas pelos indígenas.

Então, à semelhança do que ocorrera entre Europa e colônias, construiu-se entre cidade e sertão brasileiros um pernicioso processo dicotômico que encapsula o sertão de acordo com padrões sociais e simbólicos muito peculiares, e que percebe o sertão como espaço destinado aos párias, ignorantes, incultos e atrasados. E a leitura que se faz do sertão como lugar do inóspito, do ermo, distante e insólito, do outro não ocidental ou do outro não citadino, subscreve tal espaço dentro de parâmetros sociais de exclusão. Isso nos leva a pensar não em um sertão, mas em vários sertões presentes até mesmo nos centros urbanos. Jacques Lambert em *Os dois Brasis* (1967, p.101) sinaliza esta problemática ao comparar o novo Brasil industrializado ao antigo Brasil agrário, e as consequências sociais advindas dessa dicotomia:

Observa-se, assim, dentro do próprio Brasil, a mesma diferença, grandemente acentuada, entre país novo, próspero e em constante transformação e sociedade velha, miserável e imóvel, que se nota no plano internacional. No Brasil reproduzem-se os contrastes do mundo: nele seria fácil encontrar aspectos que lembram os de Los Angeles ou Chicago e outros que, sem serem tão trágicos, pois no Brasil há lugar para todos, fazem lembrar os da Índia ou do Egito.

E o autor prossegue ao explicar que essas diferenças advêm a partir do momento em que a tradição agrária é suplantada pela economia capitalista de forma desigual, causando fortes e profundas frestas na sociedade brasileira:

O desenvolvimento das civilizações sempre ocorre em âmbitos regionais e, tal como acontece atualmente no Brasil, por toda parte o motor da evolução localizava-se nas cidades, de onde, mais tarde, se irradiava a mudança para o campo. Por toda parte, em seu início, o desenvolvimento da indústria aumentava a distância entre as cidades e o campo e desagregava a cultura dos países que se industrializavam. E é por essa razão que o campo, resistindo a uma mudança de cujos benefícios não desfrutava, foi sempre tão conservador. Na primeira fase de industrialização o citadino viu-se na mesma situação do colono estrangeiro entre camponeses indígenas e, assim como esse colono, foi

difícilmente tolerado; no sentido etimológico, o cidadão é o burguês (LAMBERT, 1967, p.104).

Na segunda metade do século XX, época em que Bernardo Élis publica grande parte de seu material, desenvolvíamos de modo significativo as formas de produção industrial no campo, muito embora ainda sofrêssemos os efeitos sócio-econômicos advindos das diferenças entre Metrôpole e Colônia alguns séculos anteriores.

Com o fim do Imperialismo e início da República, em 1890, crescem as aspirações da elite cidadina que aspirava por um Brasil moderno e industrializado e por uma nova ordem política desvinculada da mentalidade agrária, ao passo que a elite de fazendeiros paulistas via na República uma “[...] redistribuição do poder mais favorável a seus interesses regionais” (NEEDELL, 1993, p.23).

Essas ocorrências aparecem nas artes, e em especial na Literatura, de forma muito marcada. Durante o romantismo a cultura regionalista fora valorizada, fazendo parte do contexto de fundação, ao passo que no Modernismo a visão era outra. Essa cultura marcava o atraso de um país que se modernizava. E a “porção indesejável” anteriormente citada por Candice Vidal e Souza (1997) é retratada com destreza por Bernardo Élis. O autor goiano, criador de personagens castigados por causa do progresso e da civilização que cresciam nas cidades, volta-se para os problemas do homem do sertão, não se furtando de traçar um painel cru e aviltante da realidade sertaneja das décadas de 40 e 50 do século XX, emoldurado, em várias narrativas, pelo traço do insólito e do maravilhoso e pela presença de personagens que carregam a insígnia do “atraso” e da “ignorância”, por ainda darem crédito às superstições, crendices e profecias.

Isso pode se dever ao fato de Bernardo Élis ter ultrapassado esquemas apriorísticos e retratado aspectos sociais e psicológicos do trabalhador rural goiano (ABADALA, 1983), algo que poucos escritores regionalistas de sua geração o fizeram. E ao assentar sua escrita em bases sociais e ainda assim conseguir deslindar aspectos tão genuínos como as superstições locais, Élis ultrapassa o simples relato do regionalismo pitoresco, fornecendo ao leitor um tipo de escrita mais humana e que tangencia os problemas do campo. Conforme pontua Moema de Castro e Silva Olivao (1981, s/p):

Bernardo Élis não nos oferece quadros ou situações preconcebidas. Agita ante nossos olhos a própria realidade. A sua ideologia é progressiva no campo da reivindicação social, isto é, sacode uma tradição medieval, preparando novas eras: a da prevalência dos direitos humanos nesse “chão analfabeto” que era o seu Goiás d’antanho.

Necessário assinalar que as intenções sociais e críticas e as denúncias tão presentes na obra de Bernardo Élis advêm do fato de o próprio ter presenciado a vida do trabalhador rural em Corumbá de Goiás, cidade que à época era uma grande fazenda com certa comodidade urbana. O relato de Élis nos dá dimensão da dureza que era a vida no campo:

Comecei a notar as más condições de vida dos roceiros. Eles vinham comprar na cidade e eram muito pobres, miseráveis e doentes – grande número de doenças... Durante muito tempo achei que pertenciam a outra raça, inclusive porque a comunicação com o campo era muito difícil naqueles tempos. Esse era o meu mundo, distante da literatura tradicional (ABDALA, 1983, p.6).

Ao cotejar um tipo de escrita “distante da literatura tradicional”, Élis desvenda o mundo rural em sua realidade. Conforme o próprio Élis defende: “A literatura do país subdesenvolvido precisar passar pelo regional, mas deve superar o simples relato naturalista” (ABDALA, 1983, p.7).

Influenciado por João de Minas, “[...] com uma prosa cáustica mas com pinceladas poéticas” (ABDALA, 1983, p.7), Élis nos fornece a realidade do interior em sua aspereza, mas sem deixar de lado o pincel poético, ao depurar os mistérios e medos do sertão:

Minha infância foi muito atormentada com os problemas de pecado, do inferno... A educação caipira baseia-se muito no medo: o menino fica com temor de tudo. Não sai à rua, porque tem bêbado e tapuió que rouba menino. Não vai ao rio porque tem febre, pode se afogar e ainda tem bicho que pega menino. De noite tem capeta em cada canto, uma assombração em cada canto...Então, era a vitória do temor. E eu era uma pessoa muito “assombrada”. [...] E eu vivia num mundo fantástico e maravilhoso de duendes, sacis, fantasmas, etc. E passei muito medo. O medo foi um fator preponderante na minha existência. Talvez tenha concorrido para fazer com que eu me tornasse mais humano (ABDALA, 1983, p.6).

Esses elementos são muito ressaltados em boa parte de sua obra. Na maioria das narrativas de Élis percebe-se o medo que assola as matas e florestas, sempre povoadas por criaturas da noite, ventos uivantes, animais que se escondem e criam ilusões assombrosas.

Outrossim, interessante perceber que o sertão brasileiro tem como principal criatura assombrosa o seu próprio espaço, ou seja, sua densa mata, seus rios caudalosos, a vegetação por vezes árida e descampada. Não temos, genuinamente, criaturas do medo com atribuições determinadas. Nossos mitos são de movimento, “[...] de ambulação, porque recordam os velhos períodos dos caminhos, dos rios, das bandeiras, de todos os processos humanos de penetração e vitória sobre a distância” (CASCUDO, 1983, p.37).

O Lobisomem brasileiro, o Saci, o Curupira são mitos que passam, que atravessam o sertão. Eles não se fixam, mas apavoram quando correm e seriam “[...] ineficazes em atitude hirta, como uma parada de monstros. Mesmo nos rios, lagoas e mar, os seres assombrosos não têm pouso fixo” (CASCUDO, 1983, p.37). E essa natureza que amedronta e fascina, aparece em vários contos de Élis, conforme se nota no conto “Pai Norato” (2005, p):

Quando as sombras sacudiam as asas viscosas do seio da mata, os olhos de pai Norato pegavam a crescer. Ao redor da gruta outras chamas passeavam lerdas, mortiças, ardendo: antas, onças, cobras, de tocaia. E os olhos arregalados do asceta destilavam uma luz violácea que adormentava a bicharada (ÉLIS, 2005, p.230).

Com um ar “[...] asperamente sagrado de profeta e demônio” (ÉLIS, 2005, p.231), Pai Norato vivia de “[...] beberagens contra o gálico, benzeduras, responso, fechamento de corpo, etc.” (ÉLIS, 2005, p.232). Profeta e demônio colocam em relevo figuras contraditórias. Enquanto o primeiro anuncia o messias e o messianismo, apregoando um mundo que terminará para fazer surgir o paraíso perdido (LAPLANTINE; TRINDADE, 2003), o demônio é aquele que renuncia a Deus e ameaça toda cristandade. Ao criar um personagem antagônico, que oscila entre a profecia e o demoníaco, Élis evidencia a expressividade de sua escrita, traço constante em suas narrativas e que homologa um tipo específico de narrar que

[...] ora se traduz trágico, ora cômico, ora quase fantástico; que migra do sublime presente na natureza dos ermos e gerais para a revelação do grotesco na alma subterrânea do homem que habita esses lugares (MARCHEZAN, 2005, p.XI).

Místico e integrado às forças primitivas da natureza, o personagem Pai Norato seria um tipo de curandeiro e médium. À ele são solicitados favores e simpatias, como cura de doenças, cura para alcoolismo, rezas, enfim. Não por acaso que Pai Norato vive às margens do pequeno vilarejo, “[...] no fundão da mata, numa gruta. [...]. Sua casa era uma furna escura” (ÉLIS, 2005, p.229), o que reforça nossas discussões sobre o sertão enquanto absorvedor do atraso e da ignorância.

Carlos Roberto Figueiredo Nogueira (2004, p.61) em suas pesquisas sobre bruxaria e feitiçaria, revela que a irrupção da bruxaria se dá no meio rural, “[...] onde a presença de antigas tradições e a ausência da tutela ortodoxa lhe permite exercer as suas atividades [...]”. Isolado e alheado, Pai Norato representa o desprezo e a desumanização às quais estão submetidos os moradores do interior de Goiás dominados pelos que detêm o poder. Ou, numa leitura hiperbólica, Norato simboliza o próprio abandono em relação ao sertão goiano, cada vez mais aniquilado por conta do avanço capitalista.

Ironicamente, Pai Norato perde seus “encantos” ao ser devorado por uma onça, após matar o filho de seu afilhado para dormir com a mulher do rapaz:

Assentou-lhe as patas na goela, rasgou, puxou as carnes com a dentuça afiada e faminta. Dilacerou-lhe o ventre e em seguida arrastou aqueles molambos lá para a grotta. Plantou esse bagaço no chão fofo, cobriu de folhas secas e fugiu num coleio bambo do lombo luzidio (ÉLIS, 2005, p.238).

Traduz-se, assim, a escrita regionalista de Bernardo Élis, que ao mesclar o trágico, o desumano, os excessos que beiram a ironia, consegue migrar da natureza sublime e das veredas goianas para a “[...] revelação do grotesco na alma subterrânea do homem que habita esses lugares” (MARCHEZAN, 2005, p.XI).

A título de considerações finais podemos depreender, portanto, a ideia de sertão tangenciando a ideia de dissonância ou desalinho (citada em parágrafos anteriores) que aparece no conto “Pai Norato”. Ao situar um espaço dado às crenças e povoado por pessoas alijadas, Élis nos mostra que são essas pessoas as portadoras da tradição que reconta a história de nosso país, e que curiosamente são colocadas em posição de inferioridade, desalinho ou “fora da ordem” por representarem o atraso, aos olhos da elite cidadina.

A visão estereotipada que concebe o sertão como o espaço do vazio, despovoado e atrasado, também concebe o sertão como o oposto à civilização e de um conjunto de características culturais e sociais tidas como normativas. Nesse sentido, o sertão pode ocupar espaços até mesmo dentro das cidades – algo já vislumbrado por escritores como Bernardo Élis:

Tenho uma teoria, talvez um pouco exagerada, porque sou exagerado nas coisas: a favela do Rio de Janeiro hoje é mais sertão do que o lugar mais afastado de Goiás. A lavoura está em grande parte mecanizada. O roceiro agora consome quase tudo da cidade – ele já não produz quase nada. A alteração foi grande... As populações rurais foram para as periferias urbanas. Eu tenho a impressão de que hoje a minha literatura deve se deslocar para as periferias urbanas. É lá que se encontram as populações carentes e portadoras de uma cultura tradicional – que é a cultura em que se baseia a minha literatura (ABDALA, 1983, p.12).

Se as credices evidenciam um passado de tradições que se teima em apagar por conta do progresso e da modernidade, Élis reforça a ideia de que são as tradições e a cultura locais do sertão, com suas superstições e abusões que guardam um importante e triste pedaço da história do Brasil. Ao contrário da ideia de desalinho, que pode estar tanto no interior quanto até mesmo na favela do Rio de Janeiro, o sertão abarca um sentido que vai além do que seria o posto à civilização: “A cidade, que em muitos

aspectos é o engano supremo da humanidade, também, existe como um monumento à cobiça e à culpabilidade humana” (TUAN, 2005, p. 230).

Apesar do progresso e da modernidade, o Pai Norato de Bernardo Élis, com seus feitiços e simpatias, reforça que o sertão ultrapassa a ideia ortodoxa de espaço geográfico mostrar que todos nós, independente do local ou do tempo, somos distintos, diferentes e únicos. E essa diferença não pode ser apagada ou absorvida pelos ditames sociais, econômicos ou culturais, afinal como bem define Riobaldo de Grande Sertão: Veredas (ROSA, 2006, p.309): “Compadre meu Quelemém diz: que eu sou muito do sertão? Sertão: dentro da gente. O senhor me acusa?”

Referências

ABDALA JR. Benjamin. “Literatura e participação”. In: ÉLIS, Bernardo. *Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1983. p.1-13.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 2000.

CARPENTIER, Alejo. *A literatura do maravilhoso*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

MARCHEZAN, Luiz Gonzaga. “Introdução”. In: ÉLIS, Bernardo. *Ermos e Gerais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. IX-XXIX.

NOGEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e história: as práticas mágicas no Ocidente cristão*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

OLIVAO, Moema de Castro e Silva. “Prólogo”. In: ÉLIS, Bernardo. *Caminhos dos Gerais: contos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. s/p.

RÉMOND, RENÉ. *O século XIX. 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1974.

SUÁREZ, Mireya. “Sertanejo: um personagem mítico”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998. Disponível em: [https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fchf&page=article&op=view&path\[\]=177](https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fchf&page=article&op=view&path[]=177). Acesso em: 24/05/2016.

TELES, Gilberto Mendonça. *O conto brasileiro em Goiás*. Goiânia: UCG, 2007.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VICENTINI, Albertina. “O sertão e a literatura”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 1, n. 1, ja./jun. 1998. Disponível em: [https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fchf&page=article&op=view&path\[\]=178](https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fchf&page=article&op=view&path[]=178). Acesso em: 20/05/2016.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

_____. “O sertão amansado”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: [https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fchf&page=article&op=view&path\[\]=11177](https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fchf&page=article&op=view&path[]=11177). Acesso em: 19/06/2016.

_____. “Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998. Disponível em: [https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fchf&page=article&op=view&path\[\]=179](https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fchf&page=article&op=view&path[]=179). Acesso em: 19/06/2016.